



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DE GOIÁS

Diretoria de Controle Interno

**PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO (PO)
PO – Emitir Parecer sobre o Relatório de Gestão
Fiscal**

Versão nº: 001

19/09/2024

LISTA DE SIGLAS

CI	Controle Interno
PO	Procedimento Operacional Padrão
TCE-GO	Tribunal de Contas do Estado de Goiás
DEIP	Diagrama de Escopo de Interface
RGF	Relatório de Gestão Fiscal
MDF	Manual de Demonstrativos Fiscais
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal

SUMÁRIO

1	Cadeia de Valor de Processos de Trabalho	3
1.1	Núcleo de Valor	3
1.2	Macroprocesso	3
1.3	Processo de Trabalho.....	3
2	Responsabilidades.....	3
2.1	Dono do Processo do Trabalho	3
2.2	Emitente(s) do PO	3
2.3	Alcance.....	3
3	Objetivo	3
4	Documentos de Referência.....	3
5	Definições Iniciais	4
6	Diagrama de Escopo de Interface (DEIP)	4
7	Fluxo Operacional.....	5
8	Detalhamento do Fluxo Operacional.....	5
8.1	Recebimento do RGF	5
8.1.1	Receber Relatório de Gestão Fiscal	5
8.2	Elaboração do Parecer	5
8.2.1	Emitir Parecer	5
8.3	Encaminhamento do Parecer.....	6
8.3.1	Encaminhar Parecer	6
8.4	Indicadores de verificação	6
8.5	Indicadores de controle.....	6
9	Controle de Registros	6
10	Anexos.....	6
11	Elaboração, Revisão e Aprovação	6

1 Cadeia de Valor de Processos de Trabalho

1.1 Núcleo de Valor

Processos de Gestão (NPG)

1.2 Macroprocesso

Governança, Planejamento e Gestão

1.3 Processo de Trabalho

Controle Interno

2 Responsabilidades

2.1 Dono do Processo do Trabalho

Diretoria de Controle Interno

2.2 Emitente(s) do PO

Diretoria de Controle Interno

2.3 Alcance

Este PO contempla tarefas relativas à Diretoria de Controle Interno do TCE-GO.

3 Objetivo

Este Procedimento Operacional Padrão (PO) tem como objetivo estabelecer os critérios e etapas da emissão do Parecer de Conformidade quanto ao Relatório de Gestão Fiscal, visando sua padronização.

4 Documentos de Referência

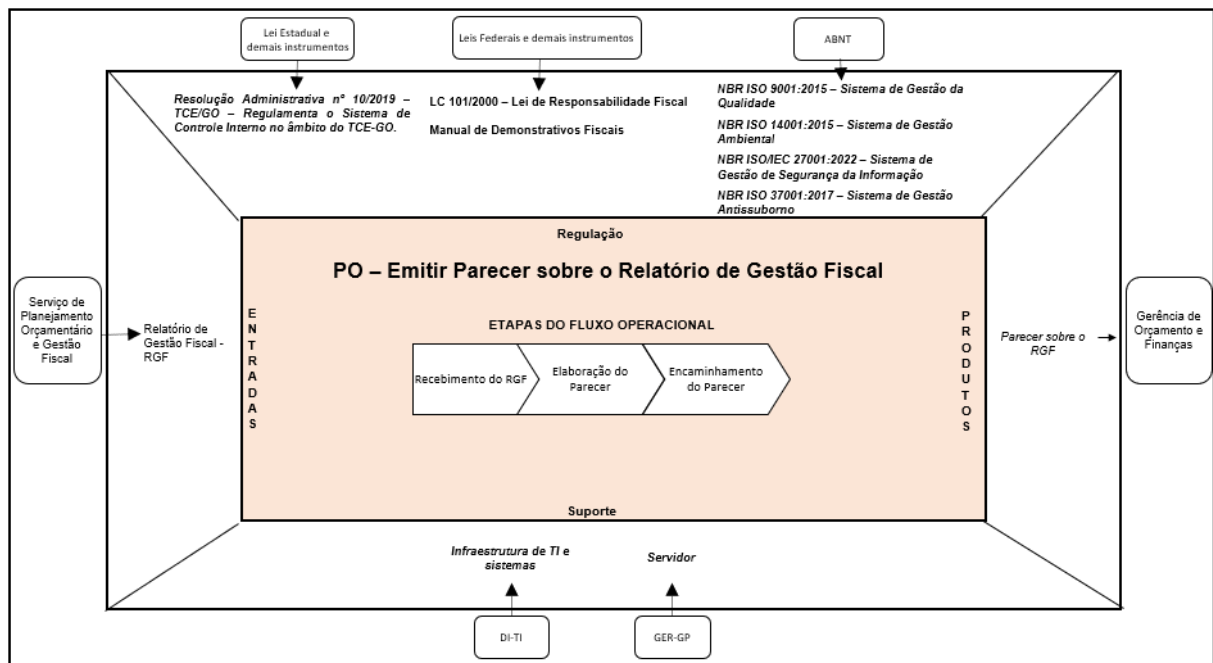
- NBR ISO 9001:2015 – Sistema de Gestão de Qualidade
- NBR ISO 14001:2015 – Sistema de Gestão Ambiental
- NBR ISO/IEC 27001:2022 – Sistema de Gestão de Segurança da Informação
- NBR ISO 37001:2017 – Sistema de Gestão Antissuborno
- Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF
- Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF – Tesouro Nacional
- Resolução Administrativa nº 10/2019 TCE/GO – Sistema de Controle Interno do TCE/GO

- E demais instrumentos correlatos.

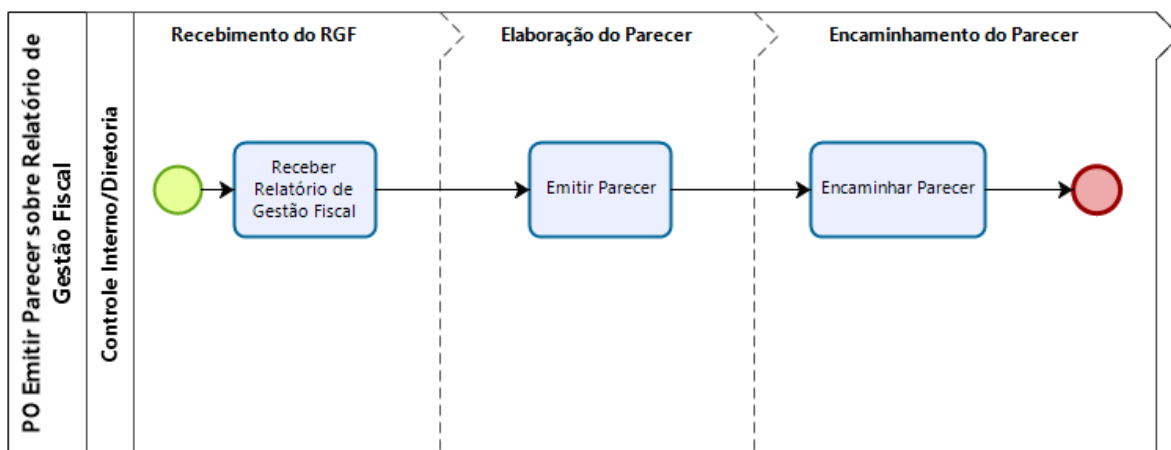
5 Definições Iniciais

- Conformidade: Resultado da verificação dos atos processuais em comparação a normas e padrões.
- Parecer: manifestação especializada sobre determinado assunto.
- Relatório de Gestão Fiscal: trata-se de um relatório contendo as despesas com pessoal, dívidas consolidadas líquidas, concessão de garantias e contratação de operação de crédito, previsto no art. 54, da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual tem como objetivo o controle, o monitoramento e a publicidade do cumprimento dos limites estabelecidos na respectiva lei.

6 Diagrama de Escopo de Interface (DEIP)



7 Fluxo Operacional



O Fluxograma deste PO encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico:
<https://portal.tce.go.gov.br/informacao-documentada> .

8 Detalhamento do Fluxo Operacional

8.1 Recebimento do RGF

8.1.1 Receber Relatório de Gestão Fiscal

Quadrimestralmente a Diretoria de Controle Interno recebe o Relatório de Gestão Fiscal – RGF por meio eletrônico (e-mail institucional) encaminhado pelo Serviço de Planejamento Orçamentário e Gestão Fiscal.

8.2 Elaboração do Parecer

8.2.1 Emitir Parecer

Em posse do Relatório, o (a) gestor(a) da Diretoria de Controle Interno analisa a conformidade das informações ali contidas. Havendo alguma inconsistência ou dúvida, é realizado contato direto com o chefe do Serviço de Planejamento Orçamentário e gestão Fiscal para explicações ou ajustes necessários.

Após análise, o(a) gestor(a) da Diretoria de Controle Interno elabora o Parecer (Manifestação) de conformidade, apresentando o comparativo entre os três últimos relatórios de gestão fiscal.

8.3 Encaminhamento do Parecer

8.3.1 Encaminhar Parecer

Em seguida é elaborado o Memorando para encaminhamento à Gerência de Orçamento e Finanças para demais providências em cumprimento aos arts. 54 e 55 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF, colocando em anexo o Parecer do Controle Interno – CI.

8.4 Indicadores de verificação

Não se aplica.

8.5 Indicadores de controle

Não se aplica.

9 Controle de Registros

Nome do Registro / Código	Armazenamento e Preservação	Distribuição e Acesso*	Recuperação**	Retenção e Disposição
Relatório de Gestão Fiscal	E-mail institucional	Acesso controlado por senha institucional	Backup	Retenção por tempo indeterminado
Parecer	Sistema Informatizado (SINI – e-TCE)	Acesso controlado por senha institucional	Backup	Retenção por tempo indeterminado
Memorando – Parecer (em anexo)	Sistema Informatizado (TCE - DOCS)	Acesso controlado por senha institucional	Backup	Retenção por tempo indeterminado

*A distribuição e o acesso a sistemas eletrônicos do TCE-GO são regidos pelas diretrizes e normas concernentes ao Sistema de Gestão da Segurança da Informação.

**A recuperação de informações eletrônicas custodiadas pelo TCE-GO é regida pelas diretrizes e normas concernentes ao Sistema de Gestão da Segurança da Informação.

10 Anexos

Não se aplica.

11 Elaboração, Revisão e Aprovação

PO – Emitir Parecer sobre o Relatório de Gestão Fiscal		
Dono do Processo de Trabalho – Diretoria de Controle Interno		
Responsável por	Nome	Função
Elaboração/Revisão/Aprovação	Lana Menezes de Castro	Diretora do Controle Interno
Controle de qualidade	Zaquia Sebba Carrijo	Chefe do Serviço de Gestão da Melhoria Contínua

Datas das Versões do PO		
Versão anterior: n. 000 de 12/12/2022	Versão atual: n. 001 de 19/09/2024	Próxima revisão programada: 19/09/2027